

# CAMPESINATO E USO DA TERRA NO SEMIÁRIDO CEARENSE

*Alexandra Maria de OLIVEIRA<sup>1</sup>  
Raimundo Castelo Melo PEREIRA<sup>2</sup>*

## Resumo

A reprodução do campesinato no seio da sociedade capitalista é o cerne do debate aberto neste artigo. Para isso, se apresenta o campesinato e suas diferentes formas de organização territorial e de uso da terra no semiárido cearense. A análise tem por base a matriz teórica da teoria social e discute a questão camponesa no interior do movimento contraditório de desenvolvimento do capitalismo no campo. Foi possível identificar que o campesinato tem, na conquista de frações do território capitalista, desenvolvido formas de uso da terra, litorâneo e sertanejo, utilizadas como estratégias de reprodução social e, que cada dia mais, novas frentes de luta pela reforma agrária tem emergido com a participação política dos camponeses.

**Palavras-chave:** Campesinato. Uso da terra. Semiárido.

## Abstract

### Peasantry and land use in the cearense semiarid

The reproduction of peasantry in the bosom of the capitalist society is the core of open discussion in this article. For so, it is presented here, the peasantry and their different forms of territorial organization and land use in the Cearense semiarid. The analysis is based on the theoretical framework of social theory and discusses the peasant movement within the contradictory development of capitalism in the countryside. It was possible to identify that the peasantry have, in the conquest of capitalist territory fractions, developed forms of land use, in the coast as well as in the countryside. The land has been used as strategies of social reproduction, and increasingly new fronts of struggle for agrarian reform have emerged as political participation of the peasants.

**Key words:** Peasantry. Land use. Semiarid.

---

<sup>1</sup> Professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC) – Endereço: Cidade Universitária Campus do Pici, bloco 911. Departamento de Geografia – Fortaleza, CE. Cep: 60.455-750. E-mail: alexandra.oliveira@ufc.br.

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC) – Endereço: Cidade Universitária Campus do Pici, bloco 911. Departamento de Geografia – Fortaleza, CE. Cep: 60.455-750. E – mail: castelo.melo@hotmail.com

## INTRODUÇÃO

Discutir campesinato e uso da terra no semiárido cearense abre espaços para discussões acerca da política de desenvolvimento presente no campo brasileiro e seus desdobramentos. A análise sobre unidade camponesa de produção e consumo recoloca a questão da reforma agrária e do acesso à terra pelos sem-terra, e o problema da estrutura fundiária e da reprodução do campesinato no seio da sociedade capitalista.

A reflexão proposta passa pela leitura presente nas ciências humanas sobre o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no território brasileiro. Um processo contraditório e combinado, pois, à medida que avança reproduzindo relações especificamente capitalistas caracterizadas pelo trabalho assalariado, a apropriação privada da terra cria e recria, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção mantidas com base no trabalho familiar.

A unidade camponesa tem como razão estruturante o trabalho familiar. A família é a base da constituição e reprodução do modo de vida camponês. São as relações estabelecidas na família entre si e dela com a terra e o trabalho que permitem a reprodução da cultura, das técnicas e da identidade camponesa.

No processo de luta pela terra travada pelos camponeses organizados no campo brasileiro, os assentamentos rurais correspondem a conquistas de frações do território capitalista. No cotidiano da vida de assentado, a relação terra, trabalho, família e liberdade identifica e unifica os sujeitos sociais que estão na luta pela terra nos sertões do Brasil camponês.

O objetivo do presente artigo é apresentar diferentes formas de uso da terra desenvolvidas pelo campesinato cearense como estratégia de reprodução social. Para isso, o texto foi dividido em momentos distintos: o primeiro, onde se discute a política de desenvolvimento no campo e os camponeses e, o segundo, onde se adentra na organização territorial camponesa revelando as formas de uso da terra: litorâneo e sertanejo. As considerações finais apontam para a importância desses sujeitos sociais no processo de desenvolvimento da sociedade moderna.

## A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO NO CAMPO E OS CAMPONESES

O processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no território cearense, em consonância com a orientação nacional, tem caminhado com vistas à sua adaptação ao mercado internacional. A opção pelos pólos de fruticultura irrigada, o turismo litorâneo, a interiorização dos pólos industriais e a "reforma agrária de mercado" foi apresentada como o caminho para uma maior eficiência no retorno econômico e social dos investimentos públicos aplicados em ações de combate à pobreza. Os camponeses, à margem do processo, procuraram continuar em luta pela terra e por um projeto de desenvolvimento com dignidade e justiça social no campo.

O combate à pobreza no Ceará tem por base dois paradigmas de entendimento sobre o desenvolvimento do campo. Para os defensores do paradigma do capitalismo agrário, a pobreza é parte de um grupo social em extinção, formado por camponeses que – por falta de terra ou coragem para trabalhar – são resquícios de uma sociedade tradicional. Nessa leitura, o envolvimento desse grupo social em atividades modernas e produtivas resolveria o problema da pobreza na região; dessa forma, a reforma agrária não se configura uma questão a ser resolvida no campo. Por outro lado, os defensores do paradigma da questão agrária acreditam que o combate à pobreza é parte constitutiva da luta pela reforma agrária, por

justiça social e dignidade no campo. Sob essa perspectiva, o campesinato é uma classe social que se reproduz de forma subordinada, no seio do desenvolvimento do modo capitalista de produção. As formas de luta desenvolvidas pelos movimentos camponeses são ações criativas que revelam a força de uma classe social moderna, eficiente e incômoda.

De acordo com Sampaio (1999), a manutenção da pobreza rural cearense está diretamente associada à política estadual pautada na lógica da dependência de programas de assistência oferecida pelo governo federal, como garantia da sobrevivência da população em situação precária. Programas como combate à desnutrição, bolsa alimentação, erradicação do trabalho infantil, entre outros, não conseguem reverter o quadro de miséria e pobreza que fazem do Ceará um território clássico da fome. E é por isso que ameaças de ocupações e saques aos prédios públicos, comércios, e armazéns do governo constituem ações legítimas de trabalhadores famintos e sedentos que se rebelam, sobretudo nos períodos correspondentes ao plantio e à colheita da produção agrícola.

Os principais mediadores da luta pela reforma agrária no Estado têm sido a Igreja Católica – via Comissão Eclesial de Base (CEB) e Comissão Pastoral da Terra (CPT) –, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), que pressionam o poder público a oferecer condições dignas de vida no campo. Embora com inserções diferenciadas, essas representações que intervêm na luta pela reforma agrária estão ampliando as condições para que os camponeses se organizem na luta contra as injustiças sociais, pela autonomia no trabalho e por direitos adquiridos na legislação da reforma agrária. Todo o conjunto de ações de luta pela terra tem fortalecido a criação de novos assentamentos rurais no Ceará, portanto, tem delineado uma nova configuração paisagística na estrutura fundiária do Estado.

Para Leite, Heredia e Medeiros (2004), os assentamentos rurais no País devem ser encarados como ponto de chegada de um processo de luta pela terra e conseqüente ponto de partida para uma nova condição de vida. Eles estão produzindo um novo perfil produtivo nos municípios, na organização social da produção e da família, nas condições de vida, e na participação política local e regional.

A análise da questão agrária no Ceará revelou, conforme Oliveira (2005), a presença de, pelo menos, dois projetos de desenvolvimento inconciliáveis. O projeto oficial, pactuado e defendido pelos políticos e proprietários de terra rentistas, e o projeto popular, defendido pelos movimentos e pelas representações camponesas, que atende as necessidades básicas dos pobres do campo. E é por meio dessa lógica contraditória que procuramos entender as diferentes formas de trabalho e produção na terra camponesa.

Nos assentamentos rurais do semiárido cearense, a organização da unidade familiar se divide entre a casa e a parcela de terra dos roçados, e, também, entre as tarefas de militância na escola e na associação, quando necessário.

Para Chayanov (1974), a economia camponesa se assentou no balanço consumo familiar *versus* exploração da força de trabalho. Assim, a relação trabalho *versus* consumo passou pela satisfação das necessidades familiares e teve como limite a sobrevivência. Desse modo, a família camponesa trabalha o necessário para suprir suas necessidades, diferentemente, portanto, do que ocorre no processo de produção capitalista, cujo objetivo sempre é a obtenção do lucro médio. Assim, é na base da estrutura interna do campesinato que se encontra a raiz da produção camponesa.

Com relação à organização territorial das comunidades rurais no Nordeste, conforme Heredia (1979), a unidade camponesa contém a especificidade de ser, ao mesmo tempo, unidade de produção e de consumo, porque os membros que a compõem estão ligados ao processo produtivo, mediante laços de parentesco.

As famílias assentadas no campo cearense se organizam com base na estrutura da unidade de produção e de consumo, com estratégias de reprodução social desenvolvidas pelo grupo doméstico. São relações estabelecidas entre família, terra, trabalho e liberdade

que permitem a reprodução da cultura, das técnicas e da identidade camponesa. No caso, a posse da terra e a liberdade no trabalho e na vida formaram as condições necessárias para a recriação de práticas próprias do campesinato nordestino, no processo de conquista da fração camponesa do território.

Heredia (1979) analisou entre os pequenos produtores de Pernambuco a ocorrência da oposição casa-roçado. Para a autora, o lugar que os diferentes membros ocupam dentro do grupo doméstico estava estreitamente ligado a sua posição com relação às atividades que desenvolvem no roçado ou na casa. São os produtos fornecidos pelo roçado que asseguram o consumo familiar que se materializa na casa. Ou seja, é o roçado que dá condições de existência à casa como local de consumo.

Rodrigues (1994), estudando os camponeses do Assentamento Maceió, no Ceará, verificou a unidade familiar na organização de sua produção de duas formas: a comunitária, realizada nos campos comunitários, e a individual, efetuada nos quintais e roçados. Nos campos comunitários, a produção cultivada pelo grupo é dividida em partes iguais, de acordo com a quantidade de famílias que participam do trabalho. Os quintais produtivos como extensões das casas é, ao mesmo tempo, o local do lazer de crianças e adolescentes, e como extensões dos roçados é o local do trabalho masculino, com o cultivo de milho, feijão e mandioca, além de fruteiras. Os roçados, normalmente localizados distantes das casas, ocupam espaços mistos e individuais. Mesmo com a ausência da titulação individual da terra, não há impedimentos na escolha do lote para a preparação do roçado.

Na organização camponesa presente nos assentamentos do Ceará, cada grupo familiar se divide entre as tarefas de limpeza da casa, a prática da farinha, o trabalho nos roçados, o cuidado com as criações e as tarefas do coletivo. A casa é dividida em sala, quartos, cozinha, banheiro e alpendre; o espaço livre nos fundos é o quintal. A grande maioria das casas se encontra em forma de agrovilas, outras se encontram dispersas, sem apresentar nenhuma ordem de disposição. Existe, a exemplo do Assentamento Maceió, uma separação espacial evidente entre a casa e os roçados. Mesmo nos casos em que há roçados próximos ao quintal, há sempre lotes com roçados em terras mais distantes das casas.

Marques (1994), analisando a organização da produção camponesa em Ribeira, na Paraíba, revelou sua base no sistema agrícola, formado pelo tripé: pecuária, roçado e alho. De acordo com a autora, com base no calendário agrícola da região, o "inverno" ou estação chuvosa corresponde à época do trabalho no roçado. O "verão", período de estiagem, é a época do cultivo do alho e dos cuidados com o rebanho. Nas unidades camponesas em Ribeira, esse tripé forma diferentes domínios: o da casa de moradia, o da lavoura e o da pecuária, que se encontram submetidos a diferentes regras de apropriação, porém sob o controle direto da unidade familiar.

Nos assentamentos rurais cearenses, as relações de trabalho entre homens e mulheres também são fortemente marcadas pela separação de trabalho feminino (casa e quintal) e trabalho masculino (roçado), e pela distinção entre individual (familiar) e coletivo. Cabe às mulheres o cuidado com a casa: limpar, espanar, varrer, cozinhar, e colocar os alimentos na mesa e servir aos homens, que passam o dia todo em idas e vindas entre roçado-casa. Saem de casa por volta das cinco da manhã, retornam às onze e meia e voltam novamente ao roçado depois das duas da tarde, retornando no final do dia.

O trabalho feminino extrapola o espaço da casa e vai para a escola e a associação. Ao trabalhar na escola e na associação, a mulher faz o trabalho coletivo pela família, porque o coletivo deve ser feito por um dos membros da família. A separação de trabalho feminino-trabalho masculino é notória na ocupação dos espaços e no desenvolvimento dos trabalhos na unidade camponesa. Uma herança da sociedade paternalista que vem sendo contestada na crescente participação política das mulheres na luta do dia a dia nos assentamentos.

As atividades nas unidades camponesas estão dispostas a partir de alguns itens: casa de moradia, roçados, casa de farinha e pecuária. A agricultura extensiva predominante

no Nordeste apresenta formas de uso da terra que podem ser descritos como variações presentes no modo de organização do trabalho camponês. Os usos da terra, litorâneo e sertanejo, podem coexistir em uma mesma unidade de produção e têm por base a técnica de rotação de terras. Essa rotação, conforme Valverde (1961), consiste em preparar uma área e pô-la em cultivo até que os solos dêem sinais de esgotamento por meio de uma diminuição de colheitas; nesse momento, uma nova área é preparada e cultivada, e assim sucessivamente, até que se volte, após alguns anos, à área primitiva.

Na opção pela gestão mista (individual e coletivo) dos assentamentos, essa técnica tem sido mantida com dificuldades diante do desgaste dos solos. O quadro atual tem revelado uma situação de degradação dos solos nunca vista antes. Em parte, essa degradação tem a ver com a rotação de terras na atividade agrícola presente na cultura sertaneja, porém outros fatores também precisam ser considerados, como o povoamento do semiárido; a expansão das olarias; a retirada de lenha para fornos e carvão, e a não orientação técnica. Isso quer dizer que mesmo que não haja atividade agrícola com a rotação de terras e a coivara, esses outros fatores irão contribuir para a degradação do solo porque a retirada da vegetação, entre outros processos, expõe o solo à erosão.

Em uma região onde o sertão chega ao mar (ANDRADE, 1986), foi possível observar formas de usos da terra denominados, nesse contexto, litorâneo e sertanejo. As formas de uso da terra são partes constitutivas da lógica da sustentabilidade camponesa. Nos sertões cearenses, os diferentes tipos de uso da terra, litorâneo e sertanejo, estão submetidos a regras de trabalho e de apropriação de domínio total da unidade familiar.

A unidade camponesa de produção e de consumo está estruturada pela força de trabalho familiar, possuidora dos meios de produção (terra e instrumentos de trabalho) e de experiências que variam segundo influências de origem histórico-culturais, políticas, socioeconômicas e ambientais. Com base na lógica camponesa, as unidades familiares constituem usos da terra estritamente vinculados à região de moradia. Os assentamentos pesquisados estão próximos dos blocos caracterizados por Barreira e Paula (1998) como assentamentos compostos pelos projetos que superaram o cordão de miséria, passando para um outro patamar de produção agrícola, e como assentamentos compostos pelos projetos que conseguiram melhorar a produção agrícola, implicando melhores condições de vida para os assentados, estando, entretanto, em uma dependência direta da assistência técnica e creditícia do governo.

## **ORGANIZAÇÃO CAMPONESA E FORMAS DE USOS DA TERRA: LITORÂNEO E SERTANEJO**

No Ceará, as atividades agropecuárias estão intrinsecamente relacionadas ao ano agrícola do Estado. De um modo geral, o ano agrícola comporta dois períodos bem distintos o "inverno", período chuvoso, que vai de dezembro a junho, e o "verão", período de estiagem, que vai de julho a novembro. A organização da produção camponesa segue esse calendário, respeitando as especificidades das condições geoambientais do litoral e do sertão.

Nos assentamentos litorâneos, geralmente, é no mês de outubro que o camponês inicia a limpa nas "terras de várzea", ao mesmo tempo que nas "terras de sequeiro" tem começado a segunda colheita do ano de mandioca, milho e feijão, e a quarta derruba do coco-da-baía do ano. Em novembro e dezembro há a continuidade do preparo e da limpa nas "terras de baixa", e o prosseguimento da colheita já iniciada. No mês de janeiro é mantido o trabalho de limpeza dos roçados e tem início o plantio de mandioca, milho e feijão do ano, ocorrendo ainda no mês a primeira derruba do coco. Em fevereiro mantém-se o trabalho da limpa e o plantio nas "terras de várzea", e se inicia a adubação dos coqueiros. Em março,

começa o trabalho de limpeza das várzeas. Em abril, ocorre a primeira colheita do feijão e do milho, plantados no início do ano, e da mandioca, plantada no ano anterior. Há nesse mês a segunda derruba do coco seguida da adubação, que prossegue até maio. Ainda em maio e em junho, mantêm-se a limpa das "terras de várzea" e a colheita do roçado. Em julho, realiza-se a terceira derruba do coco-da-baía e o segundo plantio do ano de milho, feijão e mandioca. Em agosto, tem continuidade o plantio do roçado, e, em setembro, inicia-se a segunda colheita do ano de milho, feijão e mandioca, que prossegue até o mês de outubro, quando novamente se inicia o calendário agrícola.

O calendário agrícola no litoral se inicia em novembro, com a limpa nas "terras de várzea", que prossegue até junho. Os plantios ocorrem em janeiro e fevereiro, julho e agosto, contribuindo para que o ano agrícola ofereça duas colheitas: a primeira entre abril e junho, e a segunda entre setembro e dezembro. As atividades de limpa, plantio e colheita estão atravessadas pelas quatro etapas de derruba do coco-da-baía, que acontecem nos meses de janeiro, abril, julho e outubro. Todas essas atividades configuram um ano de muito trabalho nos assentamentos. Quando é ano de seca, os plantios dos roçados e as derrubas do coco-da-baía ficam completamente comprometidos.

No caso dos assentamentos sertanejos, o camponês normalmente começa o preparo da terra com as queimadas em novembro, prosseguindo até dezembro. Nesse mês, inicia-se a limpeza das "terras de baixa" e o plantio das "plantas de rama". Em janeiro e fevereiro, a limpeza das "terras de baixa" continua e há o início do plantio de milho e feijão, podendo haver colheita da mandioca, plantada no ano anterior. Em março, ocorrem as primeiras colheitas do milho e do feijão e o plantio da mandioca. Em abril e maio, continuam a limpa nas terras de baixa e a colheita de milho, feijão e das plantas de rama, plantadas em dezembro. Nos meses de junho, julho, agosto e setembro, o trabalho no roçado é de manutenção, com a limpeza nas terras de baixa e a colheita de milho, feijão e mandioca. O quadro em outubro se modifica, com o reinício do calendário agrícola a partir da broca ou da arranca do mato-fino para novamente se fazer a coivara.

O calendário agrícola do sertão tem seu início em outubro, com o preparo da terra para os primeiros cultivos. A limpeza das "terras de baixa" prossegue por um longo período, que vai de novembro a setembro. O plantio, que ocorre somente uma vez no ano, entre janeiro e fevereiro, garante a colheita nos meses de março, agosto e setembro. Se o ano for de "inverno ruim", a seca, a broca e a limpa só começam em janeiro, prosseguindo até março. Caso a chuva não apareça no sertão no dia 19 de março, a solução, de acordo com os camponeses, é esperar a ajuda do governo nas frentes de emergência.

É importante ressaltar que os calendários agrícolas estão atravessados pelo calendário católico; portanto, o respeito aos dias santos, a rotina de rezas, de experiências e de simpatias para saber do "inverno" são práticas culturais que permeiam as atividades agropecuárias, como revelou a camponesa na fala sobre a previsão do "inverno" no sertão.

O dia oito de dezembro, uns dizem que é feriado, mais para mim é dia Santo, Dia de Nossa Senhora da Conceição. Feriado que eu conheço é o do governo. Dia da República, Dia do Tiradentes, agora o dia dos Santos, como o dia 08 de dezembro que é a festa de Nossa Senhora da Conceição, dia 13 de dezembro Santa Luzia e dia 19 de março de São José. O dia 13 de dezembro é um dia onde os roçados já devem estar todos queimados e quem quiser plantar sementes, planta no seco. Aí aquela semente aguenta debaixo do chão até o período de chover. Planta as 'plantas de rama', a melancia, o jerimum, o milho, o feijão no dia 13 de dezembro tudo isso pode plantar. Quando é do dia 12 para o dia 13 de dezembro a gente pega, conforme os meses do 'inverno': janeiro, fevereiro, março, abril, maio e junho são seis, seis pedrinhas de sal, pega e bota arrumadinhas na janela. A gente reza uma Salve-rainha e deixa lá. No outro dia, dizem que as pedras de sal correspondem-

tes aos meses que forem bom de 'inverno', mais chuvoso, escorrem aquela água que emenda umas nas outras. E as pedras de sal que correspondem aos meses que tiverem as chuvas menos, aí faz só molhar ali um pouquinho. Essa é uma experiência boa (Camponesa, 62 anos, Acaraú, 2004).

O respeito ao calendário católico é parte da religiosidade camponesa e a realização de experiências para previsão do "inverno" são práticas culturais mantidas, sobretudo, pelos mais velhos. A experiência descrita é conhecida como a "experiência do sal", uma das mais respeitadas no saber popular da região.

O desenho espacial dos usos da terra litorâneo e sertanejo nas unidades camponesas pesquisadas está representado a partir de diferentes domínios: espaços de moradia, das lavouras, da casa de farinha e da pecuária. O uso de cada espaço tem suas raízes nas experiências anteriores no trabalho agropecuário, nas condições geoambientais e nas práticas desenvolvidas sob a condição de camponês assentado que, por um lado, está livre do cativo, da sujeição imposta pelo patrão, mas, por outro lado, encontra-se em uma nova estrutura de trabalho, da qual faz parte o coletivo. Nesse contexto, foi possível distinguir dois usos da terra, o litorâneo e o sertanejo, predominantes, que revelam seus domínios com suas respectivas divisões.

A integração entre esses domínios de atividades agropecuárias está submetida a diferentes formas de apropriação da terra nos assentamentos. De maneira geral, a terra nos assentamentos é de propriedade comum da associação dos assentados, e o trabalho camponês tende a ser misto: individual (familiar), coletivo, e via prática de ajuda mútua, quando ocorre a simultaneidade dos dois primeiros. Vale ressaltar que o trabalho coletivo é compulsório, porque é aquele que vai gerar renda para as reformas do assentamento.

O domínio da casa de moradia e da lavoura individual (familiar) está sob controle direto da família camponesa, enquanto o domínio das lavouras coletivas está sob fiscalização do conjunto dos camponeses. O domínio da pecuária se encontra sob responsabilidade dos assentados, e ocorre nas terras de uso comum ou nas terras de pastagem comunal. O domínio da casa de farinha aparece de forma expressiva, ganhando importância também para as comunidades de fora dos assentamentos.

Todas as formas de produção aqui desenvolvidas possuem vínculos com a unidade de consumo e de produção camponesa, organizada nas frações do território conquistadas na luta pela terra e territorializadas nas ações de conquista dos movimentos sociais. Assim, a mesma terra que, para o proprietário rentista e/ou capitalista possuía valor de troca ou se apresentava como reserva patrimonial, foi instrumento de exploração do trabalho de parte desses camponeses, passando a ter valor de uso, a ser instrumento de organização, produção e vida camponesa.

### *Uso da Terra Litorâneo*

Esse sistema de uso da terra divide-se em diferentes domínios: o da casa de moradia, formado pela casa e o quintal produtivo; o das lavouras, com plantas do individual (familiar) e plantas do coletivo; o da casa de farinha, e o da pecuária.

#### Domínio da casa de moradia

Nesse domínio, a disposição das casas em forma de agrovila é explicada pelo fato de a energia elétrica ter, a princípio, se restringido àquele trecho da estrada. O tamanho das casas e o limite entre elas variam e dependem do consenso entre os vizinhos.

As mulheres e crianças executam o trabalho na casa, no quintal, na escola e na associação. Esse trabalho compreende desde a limpeza dos móveis e utensílios domésticos, a confecção do artesanato, o cozinhar e o cuidar das pequenas criações – como galinha,

porco, pato, peru – até secretariar reuniões e ministrar aulas. Os quintais não estão cercados e possuem atividades diversas: do cultivo de fruteiras e hortas à criação de pequenos animais muitas vezes em cercadinhos. Mesmo não havendo a propriedade privada da terra, existe a apropriação “privada” da casa de moradia com seu quintal.

As plantas cultivadas são, na maioria, como expressou Andrade (1986), ao analisar a terra e o homem no Nordeste, plantas de “fundo de quintal” para uso doméstico. O coco-da-baía é a planta mais usada por fornecer a água de coco verde. Porém, as fruteiras, de um modo geral, fazem parte das plantas de “fundo de quintal”, como muito bem foi posto no seguinte relato:

Olhe ali no meu quintal eu tenho acerola, tenho manga, tenho banana, tenho abacaxi, tenho ananais, tenho tomate, tenho pimentão, tenho cebola, tenho a graviola, tenho a ata, tenho a goiaba, tenho sapoti, milho, tenho o feijão, tenho a batata, tenho a goma, tenho a borra, tenho a farinha d'água, tenho a farinha branca, tenho a banana de diversas qualidades. Tudo eu tenho. Tenho a cana, tenho o capim, tenho a vaca, tenho o porco, tudo eu tenho. Até galinha de granja, agora eu estou com cem frango de galinha de granja (camponês, 48 anos, Acaraú, 2002).

A família camponesa cultiva fruteiras, verduras, legumes, plantas para forragem, todas consideradas plantas de “fundo de quintal”. Mas, também, no quintal criam-se pequenos animais tidos como criações de “fundo de quintal”. Esse depoimento favorece uma interpretação do quintal de moradia como um espaço produtivo do trabalho individual (familiar), voltado, basicamente, para o uso doméstico, em que as lidas domésticas são da alçada feminina.

#### Domínio da casa de farinha

A casa de farinha é um equipamento comum dos assentados onde ocorre, com mais frequência, a prática de ajuda mútua via troca de serviço entre vizinhos. Esse equipamento tem sofrido mudanças. Grande parte dos equipamentos é de uso manual (a roda, a prensa) e fabricada com a madeira e a palha da carnaúba. Hoje, algumas casas de farinha passam por um processo de modernização, embora poucas sejam as mecanizadas. Assim, não foi possível identificar redução no número de braços na farinhada.

Na casa de farinha, também, acontece a divisão do trabalho. No trabalho de produção da farinha de mandioca, para um hectare de mandioca, são necessários, no trabalho masculino, arrancadores, preneiro, forneiro e cargueiro. E no trabalho feminino, raspadeiras e cozinheiras.

A exemplo das casas de farinha mencionadas por Heredia (1979), as casas de farinha, no semiárido cearense, são espaços de uso conjunto dos assentados, propícios às relações sociais e pedagógicas, revelando-se um dos principais pontos de encontro, de bate-papo, de trabalho e aprendizagem. As casas de farinha funcionam o ano todo, embora o número de farinhadas seja maior no “verão”.

#### Domínio da pecuária

O domínio da pecuária tem pouca representatividade no uso da terra litorâneo. Embora haja uma diversidade de pequenas criações, os animais de grande porte são criados em cercados ou currais. A criação de pequenos animais é bastante desenvolvida nos assentamentos e é fundamental no consumo alimentar diário de ovos e carne. Na unidade familiar, os lugares, as formas e os tipos de criação se diferenciam no trabalho de uso da terra, como se visualizar pelo quadro 1.



### Quadro 1 - Uso da Terra Litorâneo - Principais Criações

Criações	Lugar da Criação		Formas de Produções		Tipos de Criações	
	Curral	Quintal	Individual	Coletiva	Subsistência	Comercial
Gado	+	-	x		x	
Aves	-	+	x		x	

Fonte: Oliveira, Alexandra de. Trabalho de campo. Acaraú/CE, 2003.

Obs. : (+) criação intensiva; (-) criação menos intensiva; (x) criação exclusiva.

No caso do uso da terra litorâneo, os animais mais representativos são aves, frangos, galinhas, perus, capotes, criados no quintal sob a responsabilidade das mulheres. O rebanho de gado leiteiro é quase inexistente, em caso de existência, é criado no curral, ficando sempre aos cuidados dos homens. A forma de produção é, exclusivamente, individual (familiar). Essas criações têm servido, praticamente, para a subsistência das famílias.

#### Domínio das lavouras

De um modo geral, as lavouras se situam em terras próximas aos recursos hídricos, rios e cacimbões, consideradas de melhor fertilidade natural. Além das plantas cultivadas no roçado individual (familiar), no domínio das lavouras encontram-se as plantas do coletivo.

Porque nessa área aqui você planta o feijão, planta o milho, planta a roça, planta a batata-doce, planta o que você quiser plantar. Você faz o plantio de tomate, cebola, pimentão. Aí você tira água dali. Quando o feijão está maduro você vai e diz: 'rapaz, hoje eu vou almoçar o feijão maduro', não tem outro para dizer nada. Se tiver uma fruta, ananais ou banana, você tira e não tem quem diga nada. Fica uma área perto de casa, que você tem como ir buscar, sem ter que todo mundo ir junto. Aí aquela área é só sua, o que você fizer lá, de tudo que você plantar, quando você sentir vontade de comer uma fruta, você vai pega, leva, come, dá para alguém que você queira dar (camponês, 47 anos, Acaraú, 2003).

A explicação do camponês sobre a razão da importância do lote individual (familiar) baseia-se na autonomia de plantar o alimento para o consumo e pela liberdade de, em qualquer momento, poder colhê-lo.

O domínio das lavouras revelou diferenças nos lugares, nas formas e nos tipos de cultivo presentes no uso da terra litorâneo, como é registrado no quadro 2.

### Quadro 2 - Uso da Terra Litorâneo - Principais Cultivos

Cultivos	Lugar do Cultivo		Formas de Produção		Tipos de Cultivos	
	Roçado	Quintal	Individual	Coletiva	Subsistência	Comercial
Mandioca	+	-	+	-	+	-
Milho	+	-	+	-	+	-
Feijão	+	-	+	-	+	-
Coco-da-baía	+	-	-	+		x
Fruteiras		x	x		x	
Verduras		x	x		x	

Fonte: Oliveira, Alexandra de. Trabalho de campo. Acaraú/CE, 2003.

Obs. : (+) cultivo intenso; (-) cultivo menos intenso; (x) cultivo exclusivo.

No caso do uso da terra litorâneo, os cultivos do roçado plantados no lote individual (familiar), sob os cuidados do chefe da família, são constituídos pelos legumes e pelas "plantas de rama": melão, melancia, praticamente para o consumo familiar. As plantas do coletivo, por sua vez, são produzidas para o mercado de influência: coqueiros, cajueiros e mangueiras.

### *Uso da Terra Sertanejo*

Esse sistema de uso da terra divide-se em diferentes domínios: o da casa de moradia, formado pela casa e pelo quintal produtivo; o da pecuária, com o espaço das "mangas" e o das "terras soltas", e o domínio das lavouras, com plantas do individual (familiar) e plantas do coletivo.

#### Domínio da casa de moradia

As casas dispostas em forma de agrovilas, em alguns casos, estão construídas próximas às estradas carroçáveis. Houve casos de assentamentos, porém, em que houve a opção pela disposição das casas em diferentes pontos. Essa forma de distribuição é vista como uma estratégia para que todos possam dar conta de saber o que se passa no terreno e cuidar dos animais que são criados soltos. De uma forma ou de outra, as casas são bem ventiladas e possuem a mesma divisão das encontradas nos assentamentos litorâneos.

Nesses assentamentos, as mulheres executam o trabalho na casa, na militância, e nas tarefas profissionais que envolvem os afazeres domésticos – a alimentação dos animais criados no quintal e, ainda, a regência de aulas. Os quintais estão cercados e possuem o cultivo de frutas e hortas, além da criação de pequenos animais. As cercas são protetoras, como mostrou a camponesa.

Aqui toda casa tem seu quintal cercado, todas têm. Para não deixar os bodes, as cabras e os jumentos invadirem as casas. Porque essa área que nós moramos é uma pequena 'manga'. Aí você vem de viagem com o animal e não quer soltar para ele ir para longe, quer pegar ele de manhã cedo, aí solta ele nessa área das casas (camponesa, 22 anos, Acaraú, 2002).

As cercas nos quintais têm a mesma função designadas nas "lavouras de baixa", ou seja, de proteção. No primeiro caso, protegem a casa e, no segundo, livram as plantas da invasão dos animais. Porém, a possibilidade de ter animais soltos por perto determina o cercamento dos quintais e, por vezes, das casas.

Nos quintais das casas de moradia, encontram-se, além do cultivo de fruteiras e canteiros de hortas, plantas para forragem, cana-de-açúcar e capim- elefante, como revelou o camponês ao descrever o seu quintal.

Tem bananeira, seriguela, urucum, cana, acerola, pé de mamoeiro e outras frutas para a nossa necessidade. Tudo a gente tem, aqui no quintal, só para o gasto da casa, mesmo. Tinha uns canteiros de verdura, mas eu fui inventar de criar umas galinhas, as galinhas acabaram com tudo isso, aí pronto (camponês, 27 anos, Canindé, 2002).

O domínio da casa de moradia expôs a casa como um espaço de reprodução familiar e o quintal como espaço produtivo, lugar de criações e cultivo de fruteiras, hortas e plantas para forragem. Em ambos, o trabalho das mulheres e das moças é fundamental.

### Domínio da pecuária

O domínio da pecuária apresenta a diversidade de criações desenvolvidas nas unidades camponesas. A criação de animais tem sido fundamental no sustento doméstico. Na unidade de consumo e de produção familiar, os lugares, as formas e os tipos de criação se diferenciam no interior do uso da terra sertanejo, conforme se depreende pelo quadro 3.

**Quadro 3 - Uso da Terra Sertanejo - Principais Criações**

Criações	Lugar das Criações			Formas de Produções		Tipos de Criações	
	Curral	Quintal	Solto	Individual	Coletiva	subsistência	comercial
Gado	-	-	+	x		x	
Cabra/ bode/ Carneiro	+	-	+	-	+	-	+
Cavalo/ jumento/ égua	-		+	+	-	x	
Aves				x		x	
Porco	-		+	x		x	

Fonte: Oliveira, Alexandra de. Trabalho de campo. Canindé/CE, 2003.

Obs. : (+) criação intensiva; (-) criação menos intensiva; (x) criação exclusiva.

Os tipos de criação doméstica são bem diversificados. O rebanho de gado leiteiro e as aves são acompanhados do rebanho de cabras, carneiros e bodes e, ainda, de jumento, égua e cavalo. Boa parte desses animais é criada em "terras soltas", diferentemente do que ocorre no litoral. A forma de produção que predomina é a individual (familiar). A exceção ocorre na criação de cabras, carneiros e bodes, que tem se firmado no interior dos assentamentos sob o aspecto de projeto do conjunto.

Os caprinos apresentam maior resistência a períodos de seca e são mais vantajosos para a comercialização. Os projetos de caprinocultura têm sido introduzidos nesses assentamentos via Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Porém, a introdução desse rebanho tem requerido aumento da quantidade de forragem, nem sempre possível de obtenção para esses assentados. Assim, mesmo com a possibilidade de uma produção para a comercialização de caprinos, o que predomina é um tipo de criação praticamente voltada para o uso da unidade familiar.

O gado existente permanece em "terras soltas", constituídas de pastagem natural, que serve de alimentação para o rebanho no "inverno" (período chuvoso). Nessas terras são criados gados solteiros, além de porcos, jumentos, cachorros e cabras. As vacas e os bezerros ficam em cercados próximos à casa de moradia.

O pasto natural é constituído de variedades de caatinga, de plantas resistentes à seca, porém de má qualidade para a engorda do gado. Para manter o rebanho bovino, a família cultiva plantas forrageiras como a palma, o capim- elefante e a cana-de-açúcar. O restolho do roçado (milho, feijão e mandioca) é utilizado como ração.

Godoi (1999), ao analisar a reprodução camponesa no sertão do Piauí, revelou que muitas famílias desprovidas de gado alugam seus pastos nos meses de agosto e setembro. Em troca do pasto alugado, elas ficam com o leite da vaca. Esse pasto não é necessariamente o capim, podendo ser a palha do milho e do feijão.

A exemplo dos camponeses no Piauí, nos assentamentos cearenses, quando não se tem gado, costuma-se pegar vacas para criar em troca do leite para a alimentação familiar,

relação conhecida como troca da vaca pelo leite, como bem relatou o depoimento do camponês:

A gente pega a vaca para cuidar pelo leite. Fica com ela tirando o leite, quando aparta [do bezerro] entrega a vaca ao dono e assim vai. Eu mesmo entreguei uma agora, semana passada. A gente tem a forragem, aí se não botar o animal para comer o vento carrega, quando chove apodrece, vira estrumo. Aí a gente arruma uma vaca, bota para comer e fica tirando o leite (camponês, 37 anos, Canindé, 2002).

Essa é uma relação intermediada pelo direito costumeiro presente na região entre os assentados e os "de fora", pequenos e médios proprietários de terras que não possuem pasto suficiente para a alimentação do gado bovino.

#### Domínio das lavouras

O domínio das lavouras do individual (familiar) e do coletivo possui uma importância fundamental na agricultura sertaneja, embora haja diferenças quanto ao tratamento dado a elas pelos camponeses. Assim como no uso da terra litorâneo, foi possível identificar uma sensível predileção pelos cultivos do individual (familiar). Isso acontece porque, de acordo com o camponês, "a gente sabe que é nosso e, assim, se interessa mais" (camponês, 72 anos, Canindé, 2002).

Nos assentamentos de uso da terra sertanejo, os lugares, as formas e os tipos de cultivo se diferenciam, como observado pelo quadro 4.

**Quadro 4 - Uso da Terra Sertanejo - Principais Cultivos**

Cultivos	Lugar do Cultivo		Formas de Produção		Tipos de Cultivos	
	Roçado	Quintal	Individual	Coletiva	Subsistência	Comercial
Mandioca	x		x		x	
Milho	+	-	-	+	-	+
Feijão	x		x		x	
Cana-de-açúcar		x	x		x	
Capim	-	+	-	+	-	+
Fruteiras	x		x		x	
Verduras	x		x		x	

Fonte: Oliveira, Alexandra de. Trabalho de campo. Canindé/ CE, 2003.

Obs.: (+) cultivo intenso; (-) cultivo menos intenso; (x) cultivo exclusivo.

As plantas do individual (familiar) cultivadas são de responsabilidade do chefe da família e se diversificam entre legumes e mandioca, além de plantas de forragem, como a palma e a cana-de-açúcar, produzidas, praticamente, para o consumo familiar e a alimentação de animais. Frutas e verduras são plantadas em pequenos cercados, compostos de cebolinha, coentro, tomate, pimentão, beterraba e repolho, quase sempre próximos aos lotes e distantes da casa, ficando sob os cuidados do filho mais novo. As mulheres se responsabilizam pelas criações nos fundos do quintal, embora possam ajudar nos cuidados das hortas. As plantas do coletivo são, basicamente, milho e plantas de forragem, como o capim-elefante, produzidas para os animais de engorda.

Nesses assentamentos houve uma forte constituição do domínio da pastagem. As lavouras nas "terras de baixa" se encontram cercadas e os animais soltos. É comum o cercamento do leito dos rios intermitentes, com a construção de grandes "mangas" para se

poder plantar as conhecidas "lavouras de baixa", constituídas, sobretudo, pelo roçado, que se compõe basicamente de feijão, milho e mandioca. Também, é possível encontrar cana-de-açúcar, capim-elefante, palma, mamoeiro e bananeira.

Nos usos da terra apresentados, o trabalho familiar orienta a produção e o consumo de animais e de lavouras. Embora haja a comercialização de criações (caprinos) e/ou de lavouras (coco-da-baía) é o uso familiar que comanda o processo, uma vez que a venda é destinada à obtenção de outras mercadorias, também necessárias à reprodução da unidade camponesa, como o pão, o sal, o açúcar, o óleo, e, em outros casos, a roupa da festa, o material de estudo. Assim, a produção comercial acontece tendo por base a lógica de uso familiar, não constituindo, portanto, interesse de lucro.

Enfim, todos os domínios apresentados nesta pesquisa, com suas combinações, constituem sistemas agrícolas desenvolvidos pelos camponeses como forma de encontrar caminhos de convivência com o semiárido e com a continuidade da unidade familiar. Caminhos que organizem econômica e politicamente os camponeses em torno daquilo que, para Martins (1986), lhes é próprio: o trabalho familiar. É nessa terra de trabalho familiar, com suas atividades diversas e cotidianas, que os camponeses assentados estão caracterizando seu modo de vida.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A realidade do campesinato cearense se apresenta como parte constitutiva do processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no território brasileiro. Assim, o modelo de desenvolvimento atual tem resultado, por um lado, na ampliação das relações especificamente capitalistas no campo, como a compra de terra ou mesmo o uso de produtos químicos. Por outro lado, os assentamentos conquistados na luta pela terra representam trunfos da não-sujeição, da não-expropriação da renda da terra pelo patrão, e da continuidade das relações não-capitalistas no campo, tais como o trabalho individual (familiar), a ajuda mútua, e o coletivo.

A situação atual da vida dos camponeses no semiárido indica que de uma maneira geral todos têm esperanças nas melhorias para o assentamento advindas via políticas governamentais. E mais ainda: além da esperança na ajuda do governo e da fé divina, cada assentamento tem procurado construir caminhos para conviver na terra semiárida.

A maioria dos assentados revelou uma experiência política de organização. A participação de movimentos sociais, de entidades e associações preocupadas com a questão do campo como a Comissão Pastoral da Terra, do Movimento dos Sem Terra, dos sindicatos dos trabalhadores rurais, da Secretaria de Agricultura, entre outras instituições, têm contribuído decisivamente na organização política dos assentados, na posição de mediadores da relação entre os camponeses e o Estado, e entre os camponeses e a sociedade civil.

Essa situação apresentada indica uma posição política, na qual os camponeses se identificam como participantes de uma condição social em que seus interesses particulares, diante da sociedade moderna, passam a ser definidos como interesses específicos da classe envolvida no processo de luta pela terra e pela reforma agrária.

Nessa perspectiva, um conjunto maior de camponeses passa a eleger todos esses mediadores como representantes de seus interesses específicos. O desenrolar desse processo tem indicado a presença de novas frentes de luta pela terra e pela reforma agrária com a participação política dos camponeses na sociedade capitalista.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel C. de. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Atlas, 1986.
- BARREIRA, César; PAULA, L. A. M. de. Assentamentos rurais no Ceará – uma experiência a ser seguida? In: SCHMIDT, B. V.; MARINHO, D. N. C.; ROSA, Sueli L. C. (Org.). **Os assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília: Ed.UnB, Brasília, 1998. p. 205-220.
- CHAYANOV, Alexandr V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vison, 1974.
- GODOI, Emília Pietrafesa. **O trabalho da memória**. Campinas: UNICAMP, 1999.
- HEREDIA, Beatriz Maria de. A morada da vida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LEITE, Sérgio *et al.* **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro – Brasília: IICA: NEAD; São Paulo: UNESP, 2004.
- MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão**: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo. Petrópolis: Vozes, 1986.
- MARQUES, Marta Inez M. **O modo camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira – PB**. 1994. 153 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.
- OLIVEIRA, Alexandra Maria de. **A contra-reforma agrária do banco mundial e os camponeses no Ceará**. São Paulo, 2005. 379 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, São Paulo, 2005.
- RODRIGUES, Ma. Fátima Ferreira. **Terra camponesa como (re)criação**. São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). 185 f. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.
- SAMPAIO, José Levi Furtado. **A fome e as duas faces do Estado no Ceará**. 1999. 178 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, São Paulo, 1999.
- VALVERDE, Orlando. **Conceito de sistema agrícola intensivo e extensivo**. In: Revista Brasileira de Geografia. IBGE – Rio de Janeiro, v. 23 n.04, p. 130-132, outubro-dezembro, 1961.

Recebido em setembro de 2010

Revisado em novembro de 2010

Aceito em janeiro de 2011